

Os muitos Rio Grande do Sul que o olhar político precisa contemplar

Lino Moura*

Que o Rio Grande do Sul é um estado com uma ampla diversidade de culturas, etnias, solos, paisagens, níveis econômicos e sociais não é novidade. Assim como não é novidade em cada processo eleitoral constar na pauta de todos os candidatos a redução das distorções entre as regiões.

A busca da equidade se transforma em um discurso fácil que desaparece logo após as eleições. Quem ganha é absorvido pelas demandas do poder e tudo segue o seu caminho normal: onde tem dinamismo cada vez cresce mais e onde já há pobreza só piora.

O poder econômico atrai mais infra-estrutura, empregos e gente. Por outro lado, acumula déficit habitacional, congestionamento do sistema de transportes e aparecem as dificuldades de atendimento à saúde e segurança.

É preciso um olhar urgente para as diferenças e tomar medidas para “puxar” os pólos de pobreza e miséria. As medidas não são muito diferentes dos discursos das campanhas. Só precisam não ser esquecidas.

A noção de território. Os aspectos culturais, sociais e ambientais, as potencialidades econômicas e turísticas, a agregação de valor aos produtos regionais, a implantação de infra-estrutura, o estímulo à migração dos investimentos, a desoneração de atividades tradicionais de regiões com menor dinamismo econômico, a capacitação e a valorização do capital social das populações destas regiões são metas a serem perseguidas para evitar o vazio demográfico e o “progresso” do empobrecimento de algumas regiões e o conseqüente aumento das disparidades entre regiões e locais.

E muitas vezes o recorte feito pelos diferentes agentes não é facilmente percebido por quem chega de fora. No entanto, ao analisar a renda, o valor adicionado, o retorno de ICMS, o IDH e o PIB estas diferenças se tornam mais do que claras. E explicam os processos migratórios para a região Metropolitana, Vale do Taquari, Serra e Litoral. Também explicam as taperas da metade sul do Estado.

O processo migratório carrega consigo a baixa auto-estima de quem abandona suas origens. E conduz, invariavelmente, os migrantes a bolsões de pobreza da periferia dos grandes centros onde o crack, a violência, a fome, as doenças, o descontrole de natalidade só agravam um quadro que poderia ser mais bem trabalhado na sua origem.

Para não ficar só no “discurso”. Ao analisar os dados estatísticos do RS, não precisa muito esforço para identificar os “bons” e os “maus” desempenhos dos indicadores que avaliam a situação da economia e da vida das populações dos diferentes locais. Senão vejamos:

Gravataí e Alvorada, por exemplo, não tem um limite muito claro para quem não é bom conhecedor da geografia do RS, mas o PIB per capita de **Gravataí (ano base 2007) é R\$ 18.641,92**, enquanto o de **Alvorada é R\$ 4.551,08** (SEFAZ, 2009), ou seja, quatro vezes menor. Alvorada tem o pior PIB per capita de todos os 496 municípios do RS, apesar de ser ligada a Porto Alegre e Gravataí. Como explicar isto?

O **Corede da Serra** tem um **PIB per capita** projetado para 2010 de **R\$ 23.472,00**. Já o **Corede do Vale do Jaguari** tem um PIB per capita projetado de **RS 10.082,00, ou seja, 2,3 vezes menor** (SEPLAG, 2010). Porque as pessoas daquela região são obrigadas a viver em condições tão diversas, vivendo no mesmo estado?

A região de **Pelotas** (19 Municípios e 5,16% da população do Estado) teve uma **redução do retorno de ICMS de 42,49% nos últimos 30 anos** (tinha 9,37% do total do estado em 1980 e tem 5,64% em 2010, conforme a SEFAZ). Enquanto isto os municípios do **Vale do Taquari** (60 municípios e 5,46% da população do Estado) tiveram um **incremento de 51,33 % no retorno de ICMS** (tinha 4,40 % do total do estado em 1980 e tem 6,65% em 2010, conforme a SEFAZ). Talvez isto explique o vazio

demográfico que se acentua no meio rural de muitos municípios da região de Pelotas e o dinamismo do Vale do Taquari.

Outro exemplo, o **IDH de Benjamim Constante do Sul** é 0,66, abaixo de muitos países da África, enquanto o de **Bento Gonçalves chega a 0,87**, ou seja, nível considerado elevado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano e que se aproxima dos níveis de países mais desenvolvidos do mundo.

O que é causa e o que é consequência são questões a analisar, mas não podem passar despercebidas. São necessárias ações que não puxem o freio das regiões mais dinâmicas, mas que recoloquem nos trilhos os locais que estão perdendo espaço a cada ano e aumentando a disparidade entre locais e pessoas do nosso Rio Grande.

*Eng. Agrônomo da Emater, Mestre em Desenvolvimento Rural, Diretor do Senge-RS e Coordenador Nacional da FASER